https://doi.org/10.5212/retepe.v.10.24822.005

Resenha

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair; BELLENZIER, Caroline Simon; CENTENARO, Junior Bufon (org.). **Políticas educacionais e neoliberalismo**. Porto Alegre: Livrologia, 2024. 700 p.

Claudia Ferreira Bazzo*

https://orcid.org/0009-0001-0189-9842

Flávia Stefanello**

https://orcid.org/0000-0002-5671-0269

A obra *Políticas educacionais e neoliberalismo*, organizada por Altair Alberto Fávero, Carina Tonieto, Caroline Simon Bellenzier e Junior Bufon Centenaro (2024), propõe uma coletânea de textos que refletem sobre o sistema de ensino brasileiro, advindos de políticas educacionais permeadas pelo neoliberalismo. A resenha a seguir busca teorizar as discussões elencadas na obra sobre as implicações sofridas pela Educação, intercorridas por concepções que defendem o capital, por meio do neoliberalismo.

A coletânea resulta em análises e reflexões propostas por pesquisadores pertencentes ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior da Universidade de Passo Fundo (GEPES/UPF), coordenado pelos professores Dr. Altair Alberto Fávero (UPF) e Dra. Carina Tonieto, Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Participam do grupo doutorandos, mestrandos, bolsistas de iniciação científica, alunos de graduação e professores da Educação Básica. A obra é dividida em seis eixos temáticos: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Gestão, Ensino Médio, Educação Superior, Formação de Professores e, por fim, Meritocracia e Competências.

O primeiro eixo é composto por cinco capítulos que tratam de problemáticas educacionais presentes no currículo e na Base Nacional. Comum Curricular (BNCC), em referência à Educação Infantil, indicando a relação entre o sistema educacional e a influência do neoliberalismo. O debate trata da garantia de acesso à educação de qualidade; contudo, ao que se percebe, as políticas educacionais do país sofrem interferência de ideologias neoliberais, impactando a visibilidade de crianças que frequentam a escola e resultando na edificação de um currículo decolonial e crítico, para o amparo integral de todas as crianças.

Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 10, e24822, p. 1-5, 2025 Disponible en: https://revistas2.uepg.br/index.php/retepe

^{*} Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: <claudia07ferreira@gmail.com>.

^{**} Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: <flaviastefanello@upf.br>.

Evidencia-se a preocupação quanto à percepção do direito à educação como forma de consolidação dos direitos e objetivos de aprendizagem na Educação Infantil, mediados pela BNCC. Problematiza-se a aplicabilidade de competências e habilidades como forma de influência neoliberal e emergem, ainda, discussões acerca da ausência de conceituação de classe social e origem de classe, o que pretere sua figura na sociedade e limita a defesa da criança como sujeito social. Observa-se, ainda, que o acesso diferenciado das famílias ao capital implica desigualdade de classes entre crianças e destituição de direitos fundamentais, perpetuando na sociedade a condição de opressão e segregação. Dessa forma, os autores defendem a luta de classes, apontando as disparidades existentes, a fim de desnaturalizar essa condição de forma concreta.

A inserção de livros didáticos na Educação Infantil pode refletir concepções neoliberais, já que a elaboração destes aporta conteúdos e objetivos padronizados que direcionam a intenções neoliberais. Ademais, encontra-se uma análise crítica sobre a ação do sistema neoliberal nas políticas públicas educacionais da Educação Infantil e na economia nacional. Esse movimento incorpora ao sujeito a convicção de responsabilização pelo seu destino, fazendo uma inversão do papel do Estado, eximindo-o de amparo aos direitos desse sujeito e perpetuando desigualdades sociais. Evidencia-se também as parcerias público-privadas e o interesse econômico de corporações e associações empresariais pela educação, o que conduz à transformação da educação em produto de capital.

O segundo eixo, dividido em três capítulos, traz discussões referentes ao Ensino Fundamental e à Gestão em um contexto neoliberal, apontando a preocupação com a formação consciente e crítica, silenciada pela privação do aporte filosófico na escola, e discorre sobre a provisão do cargo de diretor e gestão democrática. Reflete-se sobre a defesa da Filosofia como forma de racionalidade acerca do neoliberalismo adentrado à educação. Em concordância, percebese a educação inserida no contexto mercadológico, com currículos padronizados, interferindo na formação cidadã e moldando sujeitos a induções competitivas e consumistas. Esse cenário consente a fragilização da democracia e permite o enfraquecimento da instituição escolar, que fica subordinada a currículos pré-determinados, sugerindo apenas a formação técnica, sem autonomia de pensamento e sensibilização humana.

As conduções neoliberais ao Plano Nacional de Educação (PNE) também são ressaltadas, especialmente no que tange à Meta 19, retratada na provisão do cargo de diretor. Problematiza-se a atuação das políticas neoliberais na gestão escolar, que influenciam as regulamentações legais e a implantação do PNE e induzem ao adiamento da gestão democrática na escola. Discute-se, ainda, a falta de unificação quanto à condução do provimento de cargo de diretor escolar, pois a cada estado federativo é possibilitado o direcionamento para gestão.

A análise sistemática do provimento do cargo de diretor em escolas da Rede Municipal de Ensino, em Esteio, no Rio Grande do Sul, reafirma a presença de concepções neoliberais na educação. A pesquisa obteve como base de estudo as tendências apresentadas por Laval (2004): a desinstitucionalização, a desvalorização e a desintegração. Conforme a pesquisa, o cargo está suscetível ao apontamento de uma empresa, resultando no afrouxamento da gestão democrática, endossado pelo poder público do município.

Apresentado em quatro capítulos, o terceiro eixo aborda questões referentes ao Ensino Médio e às novas políticas educacionais. Explora concepções teóricas de protagonismo juvenil, avaliando a dimensão de sua interação. Trata-se de um estudo de caso em dez escolas que participam da implementação do projeto-piloto do Novo Ensino Médio (NEM), no Rio Grande do Sul, com intuito de observar a discursiva que defende a presença do protagonismo juvenil. A partir da análise, é indicado que a premissa apresentada deixa de atender tal propósito, pois a

participação do jovem é persuasível e ineficiente perante as ações educacionais, o que compromete a atuação plena e autônoma do estudante.

Discute-se a proposta de educação empreendedora inserida no NEM, baseando-se em documentos normativos, especialmente no Referencial Curricular Gaúcho (RCG). Avalia-se a relevância do empreendedorismo para a formação de jovens, examinam-se as concepções sobre empreendedorismo e percebe-se o túrbido discurso conceitual de educação empreendedora, apresentado em uma linguagem pedagógica. Logo, isso infere discrepâncias nos conceitos apresentados e perceptível desalinho entre os documentos normatizadores.

A respeito das consequências apontadas pela perspectiva neoliberal, discute-se a inserção da flexibilização do currículo no Ensino Médio, sob avaliação de professores-gestores. Com base em documentos normativos, a pesquisa aponta o discurso sobre flexibilização de currículo e liberdade de escolha, induzido por uma argumentação descrita como inovadora e progressista. No entanto, há inconsistência nessa reforma, corroborada pelas fragilidades estruturais existentes na educação pública.

Ao final, apura-se a atuação docente na implementação do projeto do NEM no Rio Grande do Sul, com intuito de observar o protagonismo docente perante o desenvolvimento e inserção da reforma educacional. Nesse viés, o estudo ressalta a preocupação com decisões tomadas por regulamentadores externos à escola, especialmente grupos governamentais e corporações voltadas à educação. A ausência de posicionamento docente a esse propósito é uma constante, o que infere a lógica mercantil presente nas reformas.

Nessa configuração, a Educação Superior é objeto de estudo para o quarto eixo, composto por cinco capítulos. Aborda-se a expansão do Ensino Superior no país, pautada na racionalidade neoliberal que direciona a educação à lógica do mercado, aportando o ensino a mero produto. A missão da universidade é fragilizada e, consequentemente, decorre a precarização do ensino, da pesquisa e da extensão.

Posteriormente, a pesquisa retrata como as diretrizes balizadoras de formação inicial de professores no Brasil, norteadas pela BNCC, podem colaborar com o avanço do neotecnicismo. Ressalta-se a importância de refletir sobre a interferência de concepções político-econômicas e ideológicas do Estado na educação e, consequentemente, o avanço do neotecnicismo, a partir de uma análise referente às induções neoliberais no Ensino Superior, especialmente em universidades públicas. A educação entrelaçada ao neoliberalismo direciona o ensino por ideários mercadológicos, interessados na formação de mão de obra voltada ao capital. Destarte, enunciam-se preocupações acerca da reconstrução do caráter público universitário, o que obscurece o compromisso social e o atendimento de anseios sociais definidos para essas instituições.

Encontra-se, na sequência, o histórico da corporação médica no Brasil e as suas implicações neoliberais. O texto revela que as bases jurídicas e a fiscalização do exercício profissional foram projetadas com auxílio de entidades representativas da classe médica, agenciado pelo patrocínio estatal. Em contrariedade aos interesses dessa classe, houve aumento do número de instituições e cursos superiores de Medicina. Em desfecho, a pesquisa remete à reflexão sobre os possíveis caminhos para a formação médica e o exercício profissional perante os novos tempos.

São analisados três aspectos educacionais no âmbito da mercantilização: o posicionamento do setor empresarial, do Governo Federal e do universo acadêmico em meio às políticas educacionais. Em conclusão, aponta-se a precarização do ensino, inserido em um discurso de preparação apenas para o mercado de trabalho.

O quinto eixo trata do processo de formação continuada de docentes no contexto neoliberal. Debate-se sobre as concepções de formação continuada que deveriam nortear o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Aponta-se a atuação do coordenador pedagógico, que tende a ser conduzida por padrões neoliberais, reduzindo a ação pedagógica para apenas atender registros e procedimentos burocráticos, a fim de desempenhar avaliações externas, eliminando a possibilidade de autonomia e do pensar coletivo.

Em continuação, apresenta-se o estudo que discorre sobre a formação de professores e o neoliberalismo a partir de três fatores de um complexo fenômeno, isto é, a BNCC-Formação, a Educação a Distância e a Formação Continuada. Aponta-se uma profunda mudança no caráter formativo, sendo perceptível o enfraquecimento de aspectos de coletividade, da continuidade e do entrelaçamento entre teoria e prática. Na obra também é abordada uma pesquisa realizada no México, que retrata as experiências do trabalho docente no país. O estudo revela as diversas conduções educacionais promovidas pelo Estado local, que resultam nas perspectivas profissionais do educador, tratadas como mal-estar e bem-estar docente, além de questões acerca do que se almeja para a profissão e da realidade disposta.

Discute-se a relação entre formação de professores, humanização e democracia e como a busca de estratégias de resistência pode enfrentar a racionalidade neoliberal, bem como o enfrentamento aos atuais modelos educacionais, pautados em habilidades e competências, mas submersos a ideários mercadológicos, que formam para a competitividade e o espaço no mercado de trabalho. O estudo demonstra como o direcionamento da formação docente, baseado no caráter democrático, pode colaborar com transformações sociais que visem à promoção da educação humanizadora, assegurando qualidade à educação que permeia a igualdade e a justiça social.

Ainda acerca das concepções neoliberais inseridas na educação, encontra-se o último eixo temático da obra, voltado a discussões sobre meritocracia e competências. Nesse cenário educacional, a matéria inicial pauta a conceituação do sujeito neoliberal ou neosujeito, buscando compreender a meritocracia apresentada como ideal ético dentro da racionalidade neoliberal. Além disso, busca-se compreender como o individualismo e a supervalorização do mérito perpassam, de forma sutil, premissas neoliberais e interferem na formação humana, promovendo a competitividade e a responsabilização dos sujeitos acerca de seu sucesso ou fracasso, potencializando injustiças e desigualdade social.

Ao findar a obra, encontra-se uma vasta pesquisa acerca do posicionamento político-pedagógico em teses e dissertações sobre competências educacionais, durante o período de 2015 a 2019. O termo "competência" relaciona a compreensão de competências educacionais e competências (qualificações) empresariais. Em contexto neoliberal, a educação é apresentada como fator importante ao desenvolvimento integral do jovem; no entanto, ao que se percebe, ela passa a ter função crucial para o desenvolvimento de competências e habilidades convenientes ao mercado de trabalho. A obra ressalta a importância de um olhar crítico às conceituações interpostas pela BNCC, já que as complexas adversidades educacionais não são resolvidas exclusivamente com base na promoção de competências.

Apreciações finais

Em suma, a intersecção entre políticas educacionais e neoliberalismo na educação levanta questões cruciais sobre a natureza e a finalidade da educação. Ao que se percebe, o sistema educacional discursa em defesa das reformas educacionais e melhorias no ensino; no entanto, segue interposto por políticas internacionais, ancoradas no neoliberalismo, que orientam uma conjuntura educacional voltada para o capital e, assim, relegam a real função social da educação.

Ao que se confere, as novas políticas educacionais inibem a possibilidade de manifestação, de análise crítica e de posicionamento dos sujeitos, colocando em risco a democracia e perpetuando desigualdades sociais. As concepções neoliberais programam a educação a fim de moldar sujeitos voltados à produção e ao trabalho, enfatizam a eficiência e a competitividade, o que reduz o papel do Estado e abnega a racionalidade, promovendo a manutenção da engrenagem capitalista mundial.

Referências

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

TONIETO, C.; FÁVERO, A.; BELLENZIER, C. S.; CENTENARO, J. B. (org.). **Políticas educacionais e neoliberalismo**. Porto Alegre: Editora Livrologia, 2024. Disponível em: https://livrologia.com.br/anexos/1432/66653/ebook-pen-pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.